



Regime Geral de Previdência Social: Balanço do 1º. Semestre de 2008

No primeiro semestre de 2008, a arrecadação líquida da Previdência Social foi de R\$ 74,9 bilhões, 10,3% (+R\$ 7,0 bilhões) superior ao mesmo período de 2007, e as despesas com benefícios previdenciários atingiram o patamar de R\$ 93,5 bilhões, com incremento de 3,4% (+R\$ 3,1 bilhões) em relação ao período correspondente de 2007, o que resultou na necessidade de financiamento acumulada de R\$ 18,5 bilhões. Esse bom desempenho da arrecadação reduziu significativamente a necessidade de financiamento, no 1º semestre de 2008 frente ao de 2007, em 17,5% (-R\$ 3,9 bilhões) (Tabela 1).

TABELA 1

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário (Jun/07, Mai/08 e Jun/08) - Em R\$ milhões de Jun/08 – (INPC)

	jun/07 (A)	mai/08 (B)	jun/08 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a jun/07	Acum. Jan. a jun/08	Var. %
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	11.724,3	12.765,1	12.942,8	1,4	10,4	67.920,9	74.924,3	10,3
1.1. Receitas Correntes	12.152,5	13.327,1	13.481,0	1,2	10,9	70.697,8	79.047,6	11,8
Pessoa Física (1)	497,7	517,5	520,8	0,6	4,6	2.959,9	3.025,5	2,2
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	468,8	479,2	494,9	3,3	5,6	2.646,7	2.843,1	7,4
SIMPLES - Repasse STN (3)	898,8	845,6	896,7	6,0	(0,2)	4.608,8	5.129,9	11,3
Empresas em Geral	7.741,4	8.660,7	8.691,2	0,4	12,3	46.346,7	52.084,9	12,4
Entidades Filantrópicas (4)	104,0	105,4	109,2	3,6	5,0	570,1	632,4	10,9
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	607,4	637,5	690,1	8,2	13,6	3.150,2	3.671,1	16,5
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	443,4	492,5	488,0	(0,9)	10,1	2.789,6	2.929,4	5,0
Clubes de Futebol	3,3	5,1	4,1	(18,1)	24,2	23,6	28,9	22,5
Comercialização da Produção Rural (7)	227,1	339,0	269,9	(20,4)	18,9	1.239,9	1.480,3	19,4
Retenção (11%)	924,2	1.032,1	1.091,8	5,8	18,1	5.188,0	6.035,5	16,3
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	74,7	66,4	57,5	(13,3)	(23,0)	408,2	377,1	(7,6)
Reclamatória Trabalhista	148,9	141,4	161,7	14,4	8,6	730,5	779,4	6,7
Outras Receitas	12,8	4,8	5,0	4,3	(60,8)	35,6	30,1	(15,6)
1.2. Recuperação de Créditos	744,4	719,2	784,2	9,0	5,3	4.343,1	4.496,0	3,5
Fundo Nacional de Saúde - FNS (8)	0,0	0,0	0,0	-	(100,0)	0,1	0,0	(100,0)
Certificados da Dívida Pública - CDP (9)	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	23,6	25,3	25,4	0,7	7,8	140,8	150,7	7,0
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	8,9	2,0	11,2	472,8	25,9	40,4	31,0	(23,1)
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	43,5	64,6	66,7	3,2	53,2	694,3	543,0	(21,8)
Débitos (14)	73,5	58,9	68,9	16,9	(6,2)	430,4	338,5	(21,3)
Parcelamentos Convencionais (15)	594,9	568,4	611,9	7,7	2,9	3.037,1	3.432,8	13,0
1.3. Restituições de Contribuições (16)	(10,6)	(8,9)	(26,7)	200,4	152,1	(133,9)	(62,2)	(53,5)
1.4. Transferências a Terceiros	(1.162,0)	(1.272,3)	(1.295,7)	1,8	11,5	(6.986,0)	(8.557,1)	22,5
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	15.357,2	15.543,7	15.806,1	1,7	2,9	90.393,8	93.467,1	3,4
Pagos pelo INSS	14.912,5	15.209,2	15.525,6	2,1	4,1	86.610,1	89.751,7	3,6
Sentenças Judiciais - TRF (17)	444,7	334,5	280,5	(16,2)	(36,9)	3.783,7	3.715,4	(1,8)
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(3.632,9)	(2.778,6)	(2.863,3)	3,1	(21,2)	(22.472,9)	(18.542,8)	(17,5)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar); – Elaboração: SPS/MPS.

O Gráfico 1 evidencia o ritmo de crescimento acelerado da arrecadação líquida da Previdência Social, no período de 2005 a 2008 (1º semestre de cada ano). Já o Gráfico 2 mostra a desaceleração no ritmo de crescimento da necessidade de financiamento, no período de 2005 a 2007, e a sua queda brusca, entre o acumulado de 2008 e 2007. É importante destacar que, pela primeira vez na série histórica do RGPS, ocorre redução nesse tipo de comparação, graças ao bom desempenho do mercado de trabalho formal.



Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no primeiro semestre de 2008, os principais são: (i) o comportamento favorável do mercado de trabalho formal nos primeiros cinco meses de 2008, frente ao mesmo período dos anos anteriores, com impacto direto nas receitas correntes – que no acumulado do ano apresentaram aumento de 11,8% (+R\$ 8,3 bilhões) em relação ao mesmo período de 2007; (ii) a elevação do teto do RGPS de R\$ 2.894,28 para R\$ 3.038,99 a partir de março de 2008, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

O desempenho das receitas correntes foi o mais significativo para o crescimento absoluto da arrecadação líquida, que no primeiro semestre deste ano alcançaram o montante de R\$ 79,0 bilhões.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste acima da inflação concedido ao salário mínimo (em março de 2008), fazendo com que o piso previdenciário – que em junho determinou o valor recebido por 66,1% dos beneficiários da Previdência Social – tenha tido um ganho significativo no seu valor real; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em março de 2008, com base no INPC do período de março de 2007 a fevereiro de 2008.

O aumento das despesas com benefícios previdenciários ocorrido nos últimos anos tem sido provocado, em boa parte, por fatores exógenos, como a política de reajuste do salário-mínimo, o que reforça a importância do crescimento da arrecadação sobre a diminuição no ritmo da necessidade de financiamento da Previdência Social. Cabe ressaltar

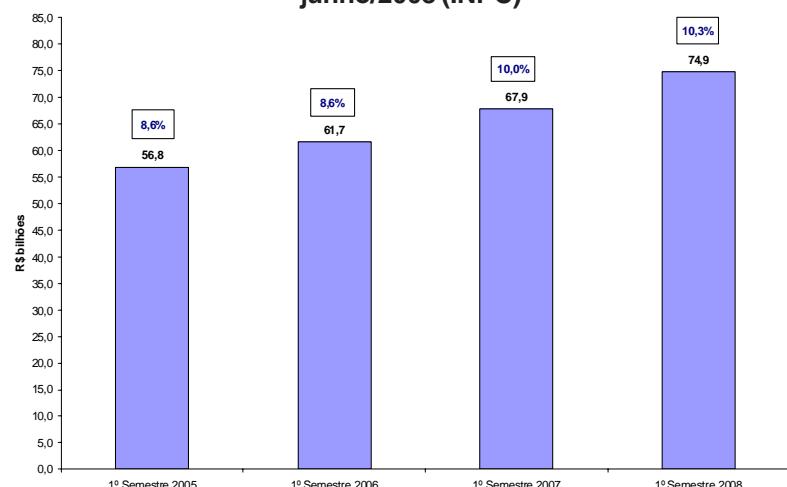
EXPEDIENTE: *Ministro da Previdência Social: José Pimentel • Secretário Executivo: Carlos Eduardo Gabas • Secretário de Políticas de Previdência Social: Helmut Schwarzer • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: João Donadon • Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público: Delúbio Gomes Pereira da Silva • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Luis Henrique da Silva de Paiva • Corpo Técnico: Edvaldo Duarte Barbosa, Emanuel de Araújo Dantas e Graziela Ansilero • Editoração e Distribuição: Juliana Gonçalves Teles Costa..*

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Políticas de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

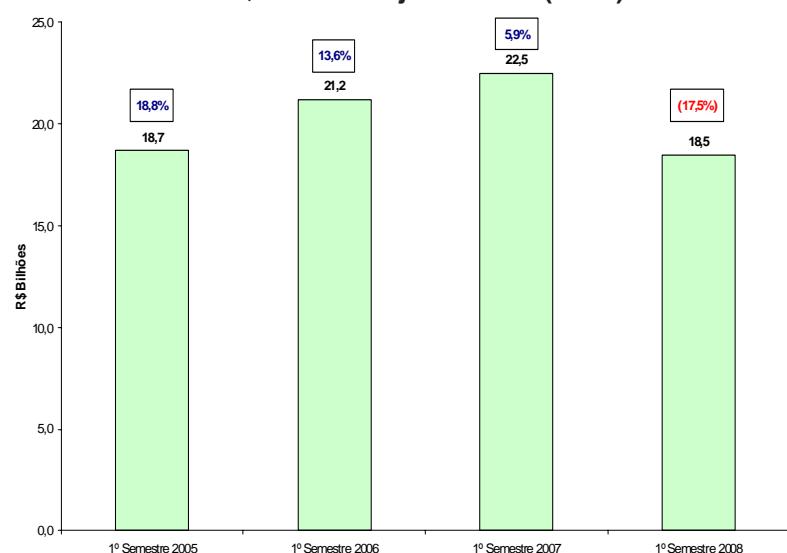
CORRESPONDÊNCIA: *Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 3317-5011. Fax (0XX61) 3317-5408 • e-mail: cgep@previdencia.gov.br*

GRÁFICO 1
Evolução da Arrecadação Líquida da Previdência Social de 2005 a 2008 (1º semestre de cada ano) – Em R\$ bilhões de junho/2008 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

GRÁFICO 2
Evolução da Necessidade de Financiamento da Previdência Social de 2005 a 2008 (1º semestre de cada ano) – Em R\$ bilhões de junho/2008 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

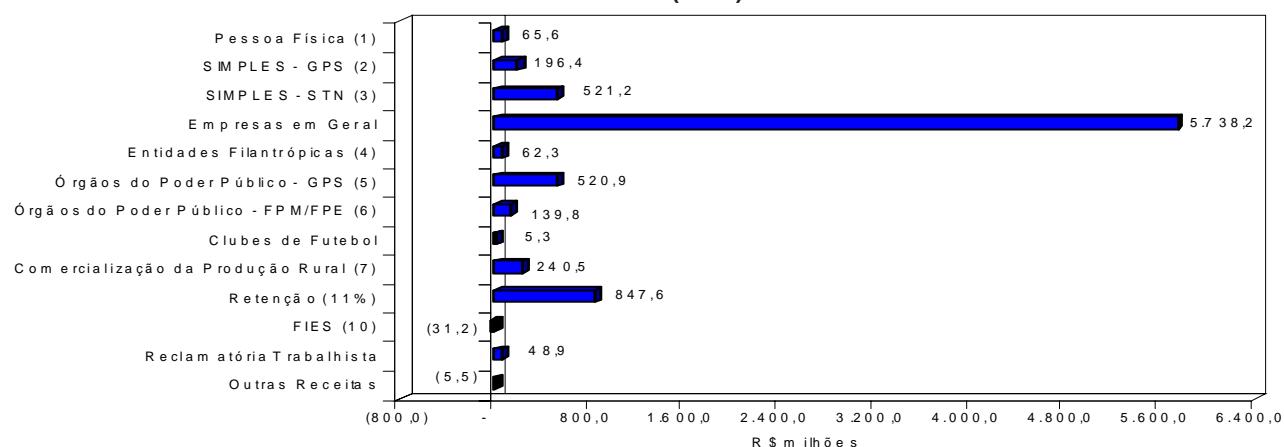
que as medidas de gestão, adotadas pelo Ministério da Previdência Social, têm contribuído para a desaceleração no ritmo de crescimento das despesas com benefícios previdenciários, com destaque para a prevenção a fraudes, mudanças nas regras para obtenção e permanência dos benefícios e o censo previdenciário.

RECEITAS CORRENTES E MERCADO DE TRABALHO

No primeiro semestre de 2008, quase todas as rubricas de receitas correntes apresentaram crescimento frente ao mesmo período de 2007. As exceções foram com as rubricas Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, que diminuiu 7,6% (-R\$ 31,2 milhões), e Outras Receitas, com queda de 15,6% (-R\$ 5,5 milhões). Com relação ao desempenho positivo, destacam-se as mais significativas e estreitamente vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) a proveniente de empresas em geral, que aumentou 12,4% (+R\$ 5,7 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES, com incremento de 9,9% (+R\$ 717,5 milhões, inclusive a contribuição dos empregados) e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de serviços prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra, aumento de 16,3% (+R\$ 847,6 milhões), que juntas representaram 83,6% do total de receitas correntes, no primeiro semestre de 2008 (Gráfico 3). Esse resultado decorre não só da elevação do teto do RGPS, mas também do bom desempenho do mercado de trabalho formal recente.

GRÁFICO 3

Variação das Receitas Correntes (Janeiro a Junho) de 2008 em relação ao mesmo período de 2007 – Em R\$ milhões de Junho/2008 (INPC)-

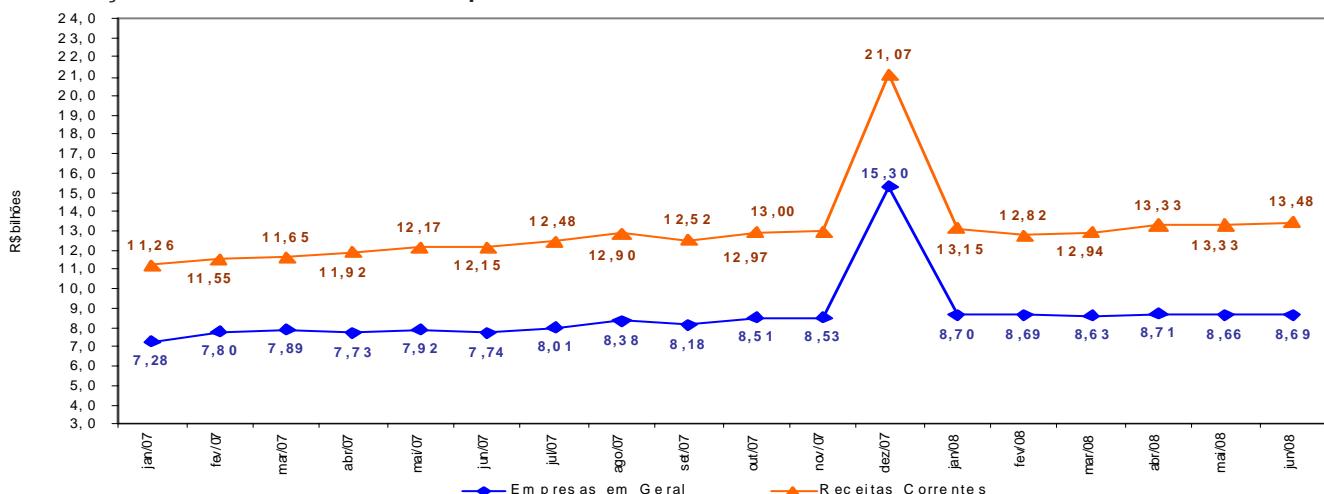


Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS

O Gráfico 4 destaca a evolução das Receitas Correntes e da rubrica Empresas em Geral, que é uma das rubricas que mais intrinsecamente depende do comportamento do mercado de trabalho, tendo composto neste primeiro semestre de 2008 cerca de 66% do total das receitas correntes.

GRÁFICO 4

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses - Em R\$ bilhões de Junho/2008 - INPC



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS

Conforme citado anteriormente, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho que revelam resultados bastante satisfatórios para os primeiros cinco meses do ano de 2008.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, nos cinco primeiros meses do ano, o estoque de emprego cresceu 3,63% em relação ao mês de dezembro de 2007, o que correspondeu à geração de 1.051.946 de postos de trabalho, um desempenho recorde da série histórica para o período, saldo que se situou cerca de 15% superior ao verificado anteriormente em 2007 (+913.836 postos ou +3,34%). Nos últimos 12 meses, o percentual de aumento no contingente de trabalhadores celetistas atingiu 6,21%, equivalente à geração de 1.755.502 empregos, resultado que se revelou mais favorável que o registrado no mesmo período do ano anterior (+5,05% ou +1.374.179 empregos formais).

É importante destacar que os dados do CAGED são mensurados em âmbito nacional. Outros indicadores (notadamente os produzidos pelas pesquisas amostrais de emprego) encontram-se, em geral, mais fortemente vinculados às regiões metropolitanas que, de acordo com CAGED, tiveram participações menores na geração de empregos: enquanto que nas cidades do interior, conforme o CAGED, foram criados 624,7 mil empregos, nos primeiros cinco meses de 2008, nas principais regiões metropolitanas o número chegou a 427,2 mil empregos.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), o contingente de pessoas ocupadas, estimado em 21,5 milhões em maio de 2008 no total das seis Regiões Metropolitanas pesquisadas, não mostrou variação na comparação com o mês anterior. Em relação a maio de 2007 o contingente de ocupados cresceu 4,6%, ou seja, foram criados cerca de 954 mil postos de trabalho. Com relação ao número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos, militares, funcionários públicos estatutários e outros), que representavam 44,2% da população ocupada, não variou em relação a abril de 2008. Frente a maio de 2007, foi registrada elevação de 9,5%. O rendimento médio real destes trabalhadores, cuja massa salarial determina em larga medida a arrecadação do RGPS, foi estimado em R\$ 1.208,20 em maio de 2008, apresentando queda de 1,0% em relação a abril. Na comparação com maio de 2007, o quadro foi de recuperação (1,5%).

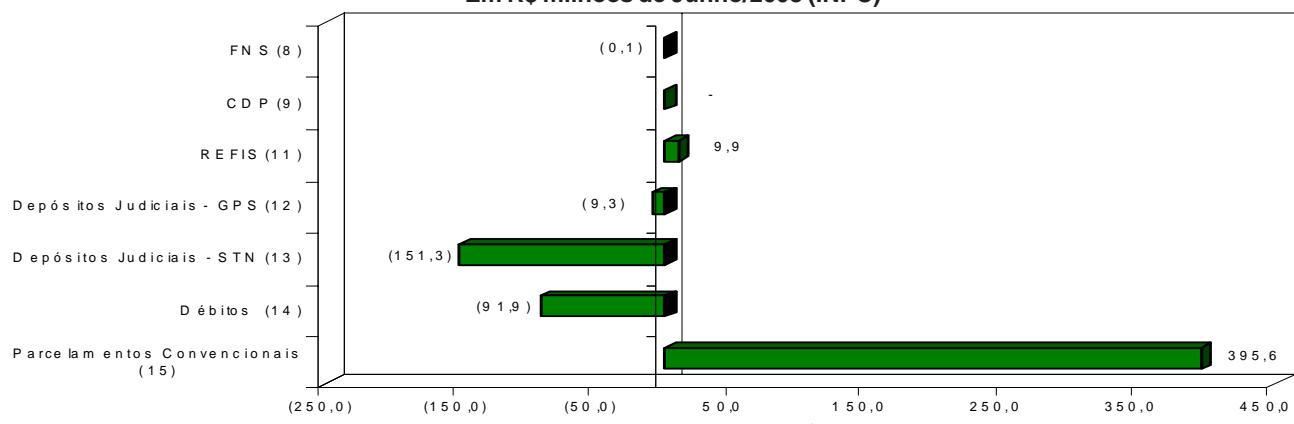
A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário do IBGE (PIMES/IBGE) também indica crescimento do pessoal ocupado no acumulado de janeiro a maio de 2008, no caso da indústria, da ordem de 2,8% em relação a igual período do ano passado. Em maio de 2008, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente cresceu 0,8% em comparação ao mês imediatamente anterior, após queda de 1,4% em abril. Em relação a igual mês do ano anterior, o valor da folha de pagamento real apresentou incremento de 7,0%.

Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) confirmam a tendência de elevação do pessoal ocupado nos cinco primeiros meses de 2008. Segundo dados da CNI, o pessoal ocupado cresceu 4,5% entre o acumulado de janeiro a maio de 2008 e o mesmo período de 2007. A massa real de salários expandiu-se 5,6% na comparação entre as médias de janeiro a maio de 2008 e de 2007.

RECEITAS ORIUNDAS DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

As receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos cresceram 3,5% (+R\$ 152,9 milhões), no primeiro semestre de 2008, frente ao mesmo período de 2007. Dentre essas receitas, os Parcelamentos Convencionais representaram 76,4% dos créditos recuperados no primeiro semestre de 2008, e apresentaram desempenho positivo entre o primeiro semestre de 2008 e o período correspondente de 2007, apontando um crescimento de 13,0% (+R\$ 395,6 milhões). Quanto ao desempenho negativo, destacam-se as receitas de Depósitos Judiciais, via STN e Débitos, que apresentaram as maiores quedas em valores absolutos, de R\$ 151,3 milhões e R\$ 91,9 milhões, respectivamente (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Junho) de 2008 em relação ao mesmo período de 2007 –
Em R\$ milhões de Junho/2008 (INPC)



Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/INSS – Elaboração: SPS/MPS

RESULTADOS DAS ÁREAS URBANA E RURAL

De janeiro a junho de 2008, as arrecadações das áreas urbana e rural foram, respectivamente, R\$ 72,5 bilhões e R\$ 2,4 bilhões, totalizando R\$ 74,9 bilhões. Em relação à despesa com benefícios, R\$ 74,9 bilhões destinaram-se à clientela urbana e R\$ 18,6 bilhões à rural, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 2,4 bilhões no meio urbano e de R\$ 16,1 bilhões no meio rural. Comparando com o mesmo período de 2007, verifica-se crescimento de 10,1% (+R\$ 6,7 bilhões) na arrecadação urbana e de 15,6% (+R\$ 327 milhões) na rural. A despesa com benefícios previdenciários também apresentou incremento nesse mesmo período, porém com menor intensidade, ou seja, 3,0% (+R\$ 2,2 bilhões) no meio urbano e de 4,9% (+R\$ 872 milhões) no meio rural.

A necessidade de financiamento diminuiu significativamente na área urbana, em 65,1% (-R\$ 4,5 bilhões), e no meio rural ocorreu o inverso, ou seja, aumentou 3,5% (+R\$ 544 milhões), entre o 1º semestre de 2008 e o período correspondente de 2007 (Tabela 2).

É importante destacar que essa diminuição da necessidade de financiamento no meio urbano foi decorrente, na grande maioria, de dois fatores: primeiro, a melhoria do mercado de trabalho formal, que elevou a arrecadação líquida, e, o outro, as medidas de gestão adotadas pelo Ministério da Previdência Social, que diminuíram o ritmo de crescimento das despesas de benefícios, conforme mencionado anteriormente. Ressalte-se que o crescimento da arrecadação líquida urbana foi 7,1 p.p. a mais que o aumento da despesa com benefícios urbanos, entre o 1º semestre de 2008 e o mesmo período de 2007.

Já o aumento da necessidade de financiamento para a área rural foi decorrente, na grande maioria, do reajuste do salário mínimo, concedido em maio de 2008, que elevou o piso previdenciário para R\$ 415,00 (+9,2%), destacando que 98,6% dos benefícios rurais emitidos para pagamentos estão na faixa de valor igual a um piso previdenciário.

TABELA 2

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesas com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2006 a 2008) – Acumulado até junho – R\$ milhões de Junho/2008 (INPC)

Ano	Clientela	Arrecadação Líquida (a)	Benefícios Previdenciários (b)	Resultado (a - b)
2006	TOTAL	61.723	82.941	(21.218)
	Urbano	59.835	66.952	(7.117)
2007	Rural	1.888	15.989	(14.101)
	TOTAL	67.921	90.394	(22.473)
2008	Urbano	65.815	72.687	(6.871)
	Rural	2.105	17.707	(15.602)
	TOTAL	74.924	93.467	(18.543)
	Urbano	72.491	74.888	(2.397)
	Rural	2.433	18.579	(16.146)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPS/MPS



No acumulado do ano, o total da despesa com benefícios previdenciários foi 24,8% superior ao valor total da arrecadação líquida, sendo que o valor arrecadado na área urbana cobriu 96,8% da despesa com benefícios urbanos, percentual que chegou a 13,1% no meio rural (Gráfico 6). Estes resultados mostram que embora a necessidade de financiamento continue extremamente alta no meio rural, o meio urbano ainda apresenta desequilíbrio entre receitas e despesas.

BENEFÍCIOS EMITIDOS E CONCEDIDOS

Em junho de 2008, foram emitidos 25,6 milhões de benefícios, ocorrendo ligeiro acréscimo de 0,5% (+128,8 mil) em relação a maio de 2008. Os Benefícios Acidentários apresentaram a maior variação percentual (+1,0%, ou seja, +7,5 mil benefícios), seguidos dos Benefícios Assistenciais (+0,6%, ou seja, +18,2 mil benefícios) e os Benefícios Previdenciários (0,5%, ou seja, +103,2 mil benefícios). Dentre todas as espécies de benefícios, entre maio e junho de 2008, destacam-se o salário-maternidade, que aumentou 12,7% (+6,4 mil benefícios), e o auxílio-doença acidentário, com incremento de 4,9% (+7,2 mil benefícios) (Tabela 3).

TABELA 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Junho/2007, Maio/2008 e Junho/2008)

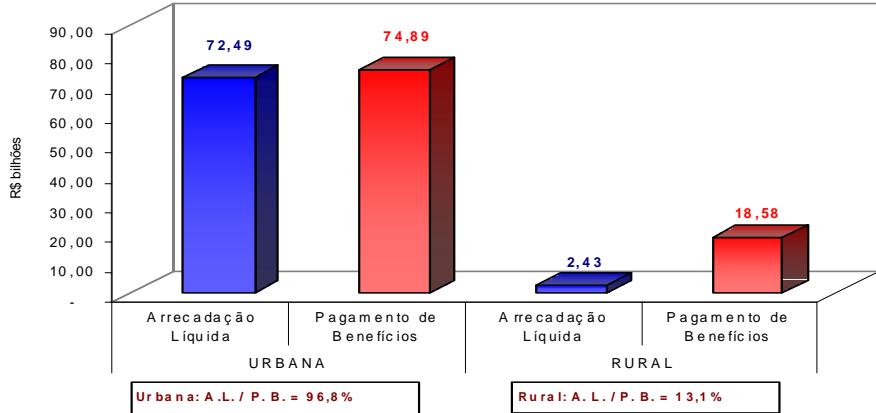
	jun/07 (A)	mai/08 (B)	jul/08 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Média Jan. a jun-07	Média Jan. a jun-08	Var. %
TOTAL	24.833.584	25.524.381	25.653.229	0,5	3,3	24.682.293	25.387.882	2,9
PREVIDENCIÁRIOS	21.073.238	21.560.500	21.663.232	0,5	2,8	20.967.026	21.455.661	2,3
Aposentadorias	13.603.922	14.098.242	14.155.407	0,4	4,1	13.526.137	14.029.517	3,7
Idade	7.016.867	7.290.776	7.321.697	0,4	4,3	6.966.671	7.257.384	4,2
Invalidade	2.734.581	2.796.041	2.804.253	0,3	2,5	2.736.729	2.781.929	1,7
Tempo de Contribuição	3.852.474	4.011.425	4.029.457	0,4	4,6	3.822.738	3.990.204	4,4
Pensão por Morte	5.992.024	6.161.300	6.176.546	0,2	3,1	5.958.547	6.138.537	3,0
Auxílio-Doença	1.397.801	1.208.723	1.231.707	1,9	(11,9)	1.407.392	1.200.237	(14,7)
Salário-Maternidade	43.023	50.311	56.678	1,27	31,7	38.949	46.347	19,0
Outros	36.468	41.474	42.894	3,4	17,6	36.001	41.023	13,9
ACIDENTÁRIOS	7.548.27	780.267	7.877.61	1,0	4,4	736.209	774.244	5,2
Aposentadorias	1.474.421	150.775	151.302	0,3	2,6	147.286	150.087	1,9
Pensão por Morte	1.290.036	128.533	128.418	(0,1)	(0,5)	129.199	128.637	(0,4)
Auxílio-Doença	1.245.64	148.147	155.378	4,9	24,7	104.975	142.580	35,8
Auxílio-Acidente	2.695.533	271.312	271.450	0,1	0,7	269.609	271.102	0,6
Auxílio-Suplementar	84.273	81.500	81.213	(0,4)	(3,6)	85.140	81.838	(3,9)
ASSISTENCIAIS	2.997.580	3.176.640	3.194.810	0,6	6,6	2.970.954	3.150.559	6,0
Aposentadorias Assistenciais - LOAS	2.559.486	2.776.550	2.799.659	0,8	9,4	2.522.507	2.746.034	8,9
Idoso	1.233.329	1.341.146	1.352.226	0,8	9,6	1.210.337	1.326.797	9,6
Portador de Deficiência	1.326.157	1.435.404	1.447.433	0,8	9,1	1.312.170	1.419.237	8,2
Pensões Mensais Vitalícias	15.931	15.499	15.456	(0,3)	(3,0)	16.063	15.575	(3,0)
Rendas Mensais Vitalícias	422.163	384.591	379.695	(1,3)	(10,1)	432.383	388.951	(10,0)
Idade	125.277	109.659	107.781	(1,7)	(14,0)	129.592	111.462	(14,0)
Invalidade	296.886	274.932	271.914	(1,1)	(8,4)	302.791	277.489	(8,4)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	7.939	7.424	7.426	0,0	(6,5)	8.104	7.417	(8,5)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

Entre os meses de junho de 2008 e o mês correspondente de 2007, verifica-se aumento de 3,3% (+819,6 mil benefícios) na quantidade de benefícios emitidos. Os Benefícios Assistenciais apresentaram maiores crescimentos, em termos percentuais, de 6,6% (+197,2 mil benefícios), seguidos dos Benefícios Acidentários e Previdenciários, que tiveram elevações de 4,4% (+32,9 mil benefícios) e 2,8% (+590,0 mil benefícios), respectivamente.

Com relação aos grupos de espécies, cabe destacar o auxílio-doença acidentário, que cresceu 24,7% (+30,8 mil benefícios), em função do novo método para caracterizar o nexo causal entre as doenças ocupacionais e as atividades exercidas pelos trabalhadores nas empresas, e o amparo assistencial ao idoso (+9,6%) e ao portador de deficiência (+9,1%), que juntos tiveram incrementos de 240,2 mil benefícios, entre junho de 2008 e o mesmo mês de 2007. Já o auxílio-doença previdenciário diminuiu 11,9% (-166,1 mil benefícios), nesse mesmo período, provocado, possivelmente,

GRÁFICO 6
Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural – Acumulado até Junho – Em R\$ bilhões de Junho/2008-INPC



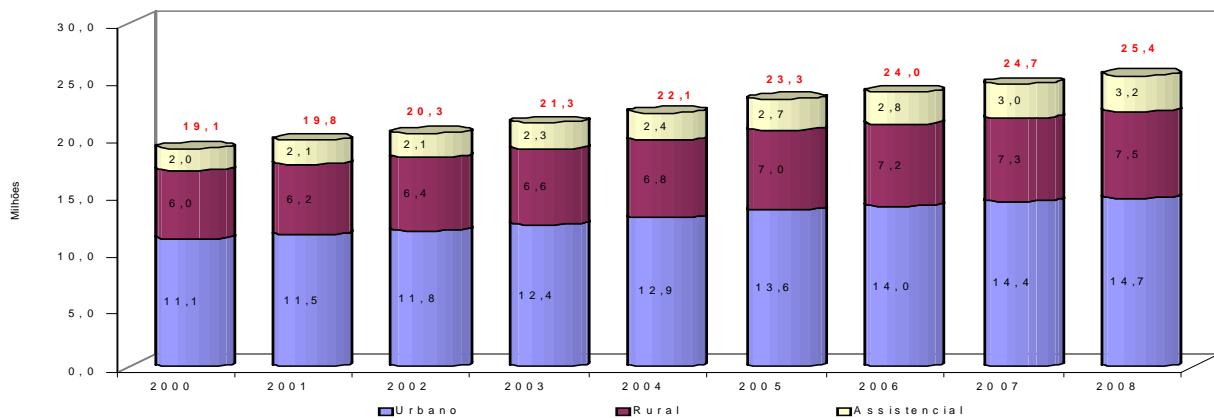
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS

pelas medidas de gestão da Previdência Social.

Da quantidade média de 25,4 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a junho de 2008, 57,9% (14,7 milhões) foram destinados aos beneficiários da área urbana, 29,5% (7,5 milhões) aos beneficiários da área rural e 12,6% (3,2 milhões) aos assistenciais. De 2000 a 2008, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 32,4% no meio urbano, de 25,0% no meio rural e de 60,0% nos assistenciais (Gráfico 7).

GRÁFICO 7

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos, segundo a clientela (2000 a 2008) – Em milhões de benefícios – Média de Janeiro a Junho



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

De acordo com o Gráfico 8, no primeiro semestre de cada ano, no período de 2000 a 2008, verificam-se crescimentos praticamente contínuos do valor médio real dos benefícios do RGPS emitidos. A exceção ocorre entre 2003/2002, com queda de 3,9%, que em decorrência do processo de aceleração inflacionária verificada nos primeiros meses de 2003, deprecia o valor real dos benefícios. O valor médio dos benefícios do RGPS emitidos, no primeiro semestre de 2008, foi 0,7% superior ao mesmo período de 2007, passando de R\$ 596,04, em 2007, para R\$ 600,48, em 2008.

Nos primeiros seis meses de 2008, a quantidade de benefícios concedidos foi da ordem de 2,17 milhões, aumento de 6,0% (+123,2 mil benefícios) frente ao mesmo período de 2007. Os Benefícios Acidentários apresentaram a maior elevação, em termos percentuais, de 34,1% (+43,3 mil benefícios), seguido dos Benefícios Assistenciais e Previdenciários, que aumentaram 21,9% (+31,7 mil benefícios) e 2,7% (+47,9 mil benefícios), respectivamente, entre o 1º semestre de 2008 e o período correspondente de 2007.

Conforme citado anteriormente, o auxílio-doença acidentário vem apresentando trajetória de crescimento desde abril de 2007, em função do novo método para caracterizar o nexo causal entre as doenças ocupacionais e as atividades exercidas pelos trabalhadores nas empresas. Por esta razão, o auxílio-doença acidentário concedido apresentou, entre janeiro a junho de 2008 e o período correspondente de 2007, crescimento de 33,8% (+40,6 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

GRÁFICO 8
Valor Médio dos Benefícios do RGPS Emitidos (Média de Janeiro a Junho) – Em R\$ de Junho/2008 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS



TABELA 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (Junho/2007, Maio/2008 e Junho/2008)

	jun/07 (A)	mai/08 (B)	jul/08 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acum. Jan. a jun-07	Acum. Jan. a jun-08	Var. %
TOTAL	3 371 182	3 732 433	3 846 678	3,1	14,1	2 042 801	2 165 951	6,0
PREVIDENCIÁRIOS	2 817 911	3 142 143	3 219 772	2,5	14,3	1 771 112	1 818 987	2,7
Aposentadorias	71.510	87.218	91.473	4,9	27,9	401.648	486.467	21,1
Idade	42.619	47.094	50.169	6,5	17,7	237.635	253.661	6,7
Invalidez	8.425	17.619	17.611	(0,0)	109,0	52.685	105.006	99,3
Tempo de Contribuição	20.466	22.505	23.693	5,3	15,8	111.328	127.800	14,8
Pensão por Morte	30.853	30.783	31.465	2,2	2,0	175.757	178.516	1,6
Auxílio-Doença	141.180	151.207	153.676	1,6	8,9	976.197	911.739	(6,6)
Salário-Maternidade	36.991	43.463	43.714	0,6	18,2	209.998	233.300	11,1
Outros	1.257	1.543	1.649	6,9	31,2	7.512	8.965	19,3
ACIDENTÁRIOS	29.426	28.380	30.004	5,7	2,0	1 271.122	170.408	34,1
Aposentadorias	264	739	721	(2,4)	173,1	1.662	3.974	139,1
Pensão por Morte	126	93	91	(2,2)	(27,8)	737	566	(23,2)
Auxílio-Doença	28.208	26.616	28.242	6,1	0,1	120.123	160.674	33,8
Auxílio-Accidente	818	913	936	2,5	14,4	4.531	5.120	13,0
Auxílio-Suplementar	10	19	14	(26,3)	40,0	69	74	7,2
ASSISTENCIAIS	25.960	30.599	32.631	6,6	25,7	1 445.38	176.221	21,9
Amortecimento das Aposentadorias - LOAS	25.926	30.565	32.583	6,6	25,7	1 442.67	175.968	22,0
Idoso	15.113	16.254	17.370	6,9	14,9	84.242	91.158	8,2
Portador de Deficiência	10.813	14.311	15.213	6,3	40,7	60.025	84.810	41,3
Pensões Mensais Vitalícias	33	34	46	35,3	39,4	264	248	(6,1)
Rendas Mensais Vitalícias	1	-	2	-	100,0	7	5	(28,6)
Idade	1	-	1	-	0,0	1	1	0,0
Invalidez	-	-	1	-	-	6	4	(33,3)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	5	50	66	32,0	1 220,0	29	335	1 055,2

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

Cabe destacar, também, as aposentadorias por invalidez previdenciárias e acidentárias, que apresentaram elevações significativas, entre o acumulado de 2008 e o correspondente de 2007, de 99,3% (+52,3 mil benefícios) e 139,1% (2,3 mil benefícios), respectivamente, em decorrência, possivelmente, de medidas de gestão adotadas pela Previdência Social, em especial, a chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES, que é um procedimento administrativo adotado pelo INSS que permitiu a pré-definição de datas de alta para os segurados com incapacidade temporária para o trabalho e estabeleceu duração máxima de dois anos para o auxílio-doença, período após o qual o benefício deve ser cessado ou convertido em aposentadoria por invalidez. Assim, como o COPES foi implantado no segundo semestre de 2005 e a duração máxima de um auxílio-doença é de 2 anos, supõe-se que um dos motivos do aumento nas aposentadorias por invalidez seja por meio da conversão de auxílios-doença em aposentadorias (com a devida cessação do auxílio-doença original).

Notas Explicativas - Tabela 1:

- (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
- (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
- (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
- (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.
- (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
- (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.
- (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.
- (10) Contribuições das universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência Social por meio do Tesouro Nacional.
- (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
- (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência
- (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
- (15) Pagamento de parcelamentos administrativos e judiciais, com exceção dos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal instituído pela Lei 9.964 de abril de 2000.
- (16) Amortização de débitos de Estados e Municípios, por meio de retenção do FPM e FPE.
- (17) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação
- (18) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2008 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil - Valores Correntes												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acum - 2008
1. SALDO INICIAL	2.068.139	5.522.351	5.190.584	6.200.064	6.454.640	6.093.943	2.068.139						
2. RECEBIMENTOS	13.362.427	16.721.944	18.916.939	18.115.937	13.940.052	13.385.937	14.265.199	22.409.618	22.409.618	22.409.618	22.409.618	22.409.618	118.959.423
2.1. ARRECADAÇÃO													82.053.293
- Arrecadação Bancária													76.032.988
- SIMPLES ⁽¹⁾													5.030.647
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ⁽²⁾													1.473.847
- Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾													-
- Fundo de Recursos da União - FURU													-
- Fundo de Incentivo à Currícula Pública - CDP ⁽⁴⁾													-
- Fundo de Incentivo à Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾													369.182
- Quilinhos de Dividas ⁽⁶⁾													-
- Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾													532.215
- Residuários de Arrecadação													(60.160)
2.2. OUTROS RECEBIMENTOS FINANCEIROS													(35.060)
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PROPRIOS													154.811
2.4. ANTICIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) ⁽⁸⁾													19.064.257
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO													17.722.276
- Recursos Ordinários Ind. Recursos Ordin. / COFINS - TRF													3.437.552
- Recursos Ordinários Imp. e Contrib. - EPU													27.176
- Concursos e Prognósticos													(2)
- Operações de Crédito Externa													4.956.601
- COFINS/ OAS													8.208.501
- COFINS/Desl. Imp. e Contrib. - EPU													59.000
- Recursos Ordinários - Contrapartida													74.971
- Comitê Social sobre o Uso (incl. Contribuição Social / Lucro - Contrapartida)													-
- Comitê Físico / Mov. Financeira - CPMF													427.387
3. PAGAMENTOS	20.182.231	17.053.701	17.97.023	18.66.443	18.676.634	19.263.913	111.789.15						
3.1. PAGAMENTOS INSS													103.499.104
3.1.1. PAGAMENTOS BENEFÍCIOS													100.023.62
3.1.1.1. PAGAMENTOS BENEFÍCIOS													100.023.604
- Total de Benefícios													(63.354.92)
- Evolução de Benefícios													91.658.905
3.1.1.1.1. PREVIDÊNCIAS													88.046.160
3.1.1.1.1.1. Pagos pelo INSS													3.612.245
3.1.1.1.1.2. Sancionaçõas judiciais - TRF ⁽⁹⁾													8.334.457
3.1.1.1.2. NÃO-PREVIDÊNCIÁRIOS													53.7342
3.1.1.2.1.2.1. EPU / IN													73.27.015
3.1.1.2.1.2.2. LOAS													2.681.813
3.1.1.2. PESSOA ⁽¹⁰⁾													70.4.29
3.1.3. CUSTEIO ⁽¹¹⁾													8.378.810
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹²⁾													73.674.319
4. ARRECADAÇÃO LIQUIDA (2.1 - 3.2)													(17.984.386)
5. SALDO PREVIDÊNCIA ⁽¹³⁾													(26.38.844)
6. SALDO ARREC. LIQ. + BENEF. (4 - 3.1.1)													7.17.150
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)													9.239.548
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3)⁽¹⁴⁾	5.522.351	5.190.584	6.200.064	6.454.640	6.093.943	9.239.548							

Fonte: CGF/INSS.
Elação: SPS/MPS

(1) Contribuição proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administradas pela SRF e pelo INSS (anual MP nº 2.004-0/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitalares junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP, junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25/07/2002, no seu art. 28, determinou que as doações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne pagamentos realizados aos seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Paronial), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recebidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (sálario educação), INCRA, DPC/FDEP - Mântimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE, SENAT, SEINF, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



Tabela 2
Fluxo de Caixa - Jun/2008 (R\$ mil de Jun/2008 - INPC)

Itens de Receita e Despesa	Valores em mil R\$ de Jun/2008 - INPC					
	jun/07	mai/08	jun/08	Var. II/II	Acum. Jan.	Acum. Jan. Var. Acum.
I	II	III	Em %	a jun-07 - IV	a jun-08 - V	
1. SALDO INICIAL	7.557.155	6.513.377	6.093.943	(8.4)	44.265.259	32.078.332
2. RECEBIMENTOS	19.117.332	18.482.612	22.449.618	21,2	108.916.200	12.310.609
2.1. ARRECADAÇÃO	12.886.292	14.062.663	14.255.199	1,4	74.906.923	88.656.648
- A recadação Bancária	11.855.383	13.070.691	13.244.716	1,3	69.182.915	77.516.973
- SIMPLS ⁽¹⁾	898.321	815.569	886.692	6,0	(0,2)	4.608.768
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ⁽²⁾	23.392	25.268	25.441	0,7	7,8	140.805
- Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾	19	-	-	(100,0)	140	-
- Certificados da Dívida Pública - CDP ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	(100,0)
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾	74.387	66.368	57.523	(13,3)	(23,0)	408.219
- Liquidação de Dívidas ⁽⁶⁾	-	-	-	-	-	(7,6)
- Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾	43.513	64.616	66.672	53,2	694.269	542.953
- Restituições de Arecadação	(10.224)	(8.850)	(25.846)	192,1	(128.192)	(61.002)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	98.735	(15.250)	(27.294)	79,0	(127,6)	(34.836)
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	54.727	22.041	28.682	30,1	(47,6)	30.346
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional)⁽⁸⁾	3.446.198	2.205.574	5.450.180	147,7	58,2	(2.267.319)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	2.631.879	2.211.584	2.622.850	21,8	2,3	35.664.119
- Recursos Ordinários Incl. Recursos Ordin. / COFINS / TRF	387.424	26.890	225.825	(14,7)	(41,7)	3.621.890
- Concursos e Programáticos	20.335	4.844	3.900	(19,5)	(80,0)	26.385
- Operações de Crédito Externa	(6.982)	-	(2)	-	(100,0)	(44.880)
- COFINS	801.348	437.353	612.472	40,0	(23,6)	24.477.431
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	1.239.441	1.268.439	1.545.000	21,3	24,9	5.072.342
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	71.377	63.573	200.000	214,6	178,3	8.368.198
- Recursos Ordinários - Contrib. para o Lucro (Incl. Contrib. Social s/ Lucro - Contrapartida	-	75.149	-	(100,0)	-	75.658
- Contrib. Social sobre Lucro (Incl. Contrib. Social s/ Lucro - Contrapartida	120.048	97.337	105.656	8,5	(12,0)	346.486
- Contrib. P. provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	-	-	-	-	-	-
3. PAGAMENTOS	18.659.055	18.845.591	19.263.913	2,2	3,2	108.988.176
3.1. PAGAMENTOS INSS	17.497.969	17.956.339	17.998.238	2,2	2,7	102.002.157
- 3.1.1. BENEFÍCIOS	16.666.498	16.956.040	17.442.814	2,9	4,7	97.860.286
- Total de Benefícios	16.758.532	17.055.337	17.555.087	2,9	4,8	98.394.027
- Devolução de Benefícios	(92.334)	(89.934)	(102.273)	5,5	11,1	(53.731)
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	15.357.227	15.543.683	15.806.073	1,7	2,9	90.393.813
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	14.912.536	15.209.169	15.552.614	2,1	4,1	86.610.133
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF ⁽⁹⁾	44.491	33.514	30.460	(16,2)	(36,9)	37.83.880
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	1.309.272	1.414.921	1.646.741	16,4	25,8	7.466.483
3.1.1.2.1. EPU T.N.	72.553	68.745	147.838	115,1	103,5	431.173
3.1.1.2.2. LOAS	1.236.619	1.348.176	1.488.903	11,3	7.036.310	79.75.297
3.1.2. PESSOAL ⁽¹⁰⁾	584.381	433.728	436.379	0,6	(25,4)	3.261.878
3.1.3. CUSTEIO ⁽¹¹⁾	245.590	182.007	79.045	(56,6)	(67,8)	879.384
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹²⁾	1.161.385	1.272.252	1.292.675	1,8	11,5	6.986.019
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	11.724.307	12.765.132	12.942.761	1,4	10,4	67.920.500
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(3.632.919)	(2.775.551)	(2.833.312)	3,1	(21,2)	(22.472.909)
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(4.942.191)	(4.193.471)	(4.500.553)	5,6	(8,7)	(29.939.391)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	458.777	(36.979)	3.145.704	(964,3)	585,7	(68.761)
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽¹³⁾	8.015.332	6.149.398	9.239.648	50,3	15,3	8.015.332

Fonte: CCF/INSS.

Elaboração: SP/SPMPS.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administradas pela SRF e pelo INSS (atual MP n° 2.04-6/00, regulamentado pelo Decreto n° 3.342/2000).

(3) Dívida dos hospitais júlio à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP júlio ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compromisso de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de reunições de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25/07/2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento desses valores seriam descentralizadas Tribunais, não mais sendo paga pelo INSS.

(10) Ráteis pagamentos realizados a ajuizados e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Ráteis as despesas operacionais consideradas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Paraná), DATAPREV, EASEP e Diversos.

(12) Recursos recebidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: INRA, DIFCF/DEP - Marítimo, SDR/AMARA, SENAI, SENAC, SESI, SENAR, SEBRAE, SENAR, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de Jun/2008 - INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1) (A)	Transferências a Terceiros (B)	Arrecadação Líquida C = (A - B)	Benefícios Previdenciários (2) (3) (4) (5) (D)	Valores em milhões R\$ de Jun/2008 - INPC	
					Relação %	Saldo
					E=(D/C)	F= (C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de Junho, a preços de Jun/2008 INPC						
1998	46.215	2.750	43.466	47.757	109,9	(4.292)
1999	46.428	3.162	43.267	50.457	116,6	(7.190)
2000	49.571	3.510	46.061	52.724	114,5	(6.663)
2001	53.035	3.986	49.049	56.400	115,0	(7.351)
2002	53.182	3.842	49.340	59.910	121,4	(10.570)
2003	50.175	3.799	46.376	58.983	127,2	(12.607)
2004	56.700	4.379	52.321	68.041	130,0	(15.720)
2005	60.851	4.010	56.841	75.512	132,8	(18.671)
2006	67.094	5.371	61.723	82.941	134,4	(21.218)
2007	74.907	6.986	67.921	90.394	133,1	(22.473)
2008	83.657	8.557	75.100	93.467	124,5	(18.368)
jun/06	11.618	849	10.769	14.290	132,7	(3.521)
ju/06	11.658	813	10.845	14.675	135,3	(3.830)
ago/06	12.036	870	11.166	14.621	130,9	(3.455)
set/06	12.439	846	11.593	21.124	182,2	(9.531)
out/06	12.321	894	11.427	14.798	129,5	(3.371)
nov/06	12.375	886	11.489	14.674	127,7	(3.185)
dez/06	19.957	889	19.067	21.320	111,8	(2.253)
jan/07	11.890	1.550	10.340	14.373	139,0	(4.032)
fev/07	12.223	884	11.339	14.377	126,8	(3.037)
mar/07	12.517	1.122	11.395	16.470	144,5	(5.075)
abr/07	12.577	1.117	11.460	14.551	127,0	(3.091)
mai/07	12.814	1.151	11.662	15.267	130,9	(3.605)
jun/07	12.886	1.162	11.724	15.357	131,0	(3.633)
ju/07	13.141	1.170	11.972	15.407	128,7	(3.436)
ago/07	13.623	1.202	12.421	15.171	122,1	(2.750)
set/07	13.296	1.215	12.081	21.792	180,4	(9.711)
out/07	13.625	1.242	12.383	15.231	123,0	(2.849)
nov/07	13.613	1.229	12.384	15.080	121,8	(2.696)
dez/07	21.930	1.256	20.674	24.725	119,6	(4.052)
jan/08	21.930	1.256	20.674	24.725	119,6	(4.052)
fev/08	21.930	1.256	20.674	24.725	119,6	(4.052)
mar/08	21.930	1.256	20.674	24.725	119,6	(4.052)
abr/08	21.930	1.256	20.674	24.725	119,6	(4.052)
mai/08	14.064	1.272	12.791	15.544	121,5	(2.752)
jun/08	14.265	1.296	12.970	15.806	121,9	(2.837)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

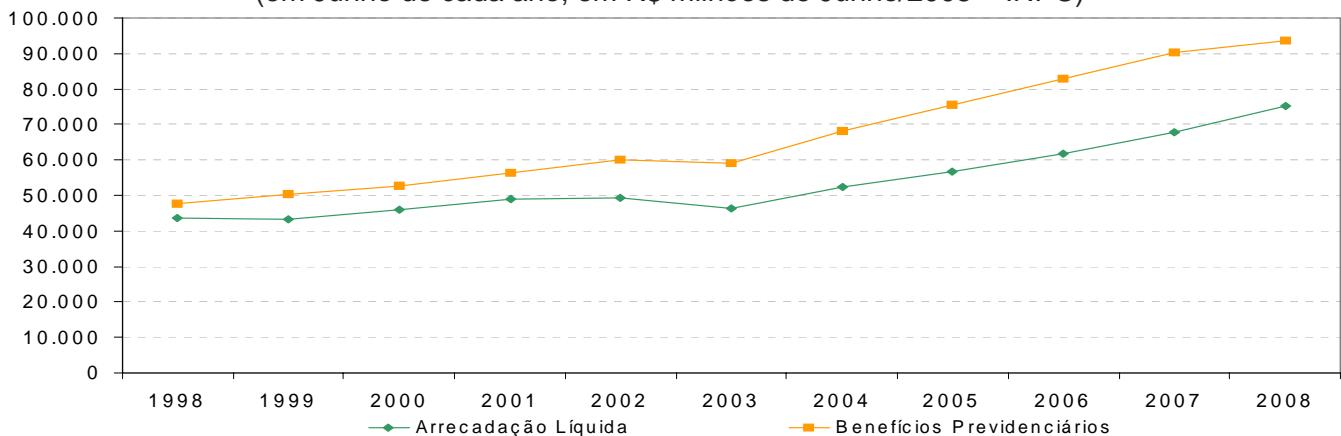
(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2.288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios Previdenciários
(em Junho de cada ano, em R\$ milhões de Junho/2008 - INPC)





REMETENTE: Secretaria de de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0-XX-61) 3317-5011
Fax: (0-XX-61) 3317-5408
e-mail: cgep@previdencia.gov.br
70.059-900 – Brasília/DF



IMPRESSO